N.º: Gp2138-IX
Proc.º: 30.06.01.36
Data: 15.02.2012

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre políticas de saúde

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores membros do Governo;

No âmbito da fiscalização constante que o CDS-PP promove à acção governativa, interpelamos hoje o Governo dos Açores sobre as políticas de saúde.

Tentamos fugir às nuvens negras e aos cenários derrotistas ou pessimistas, mas não conseguimos. As políticas de saúde adoptadas, nos últimos anos, são um falhanço e os resultados estão à vista.

Na sua primeira intervenção, nesta Assembleia, o Secretário Regional da Saúde assumiu que o programa que se propunha desenvolver tinha "*objectivos ambiciosos e alcançáveis, medidas estruturantes e adequadas*".

Todavia, a ambição tornou inalcançáveis as reformas e as medidas tomadas ou serviram como paliativos, ou foram "experiências-piloto".

Vejamos alguns exemplos.

Nos últimos anos, foram anunciadas como grandes e importantes medidas estruturantes para o Serviço Regional de Saúde (SRS):

A implementação do cartão do utente;

A introdução da Telemedicina;

A informatização dos serviços, cuja última versão é o famigerado SIS-ARD;

A criação da SAUDAÇOR;

A central de compras;

E a transformação dos Hospitais em Entidades Públicas Empresariais (EPE).

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Todas estas medidas falharam. Nenhuma destas reformas surtiu efeitos práticos na melhoria dos cuidados de saúde, nem sequer na acessibilidade dos utentes aos serviços públicos de saúde.

Mas tiveram efeitos mais nefastos: ou foram investimentos milionários desperdiçados, ou aumentaram drasticamente o défice do sector.

Senhor Secretário Regional da Saúde:

Quanto custou a tentativa de implementação do Cartão do Utente, que foi atirado para o lixo?

Onde está a Telemedicina, prometida desde 1997, e que nunca funcionou em toda a Região?

Quanto à informatização, andamos há mais de uma década a deitar dinheiro ao lixo: Primeiro, foi o programa "Consultórios" para os Centros de Saúde, agora o SIS-ARD…

Afinal, quanto custou o projecto SIS-ARD? Quanto é que se pagou à empresa espanhola que nunca cumpriu os prazos estabelecidos? Cobraram-se multas pelos incumprimentos? Quanto? E com a rescisão do contrato a Região será indemnizada?

A SAUDAÇOR foi criada para resolver os constrangimentos financeiros do sector da saúde e o que se sabe é que hoje tem um passivo de cerca de 300 milhões de euros. Não reduziu as dívidas, pelo contrário aumentou-as; Nem uma central de compras foi capaz de pôr a funcionar!

Verificado que foi o falhanço da SAUDAÇOR e face ao aumento das dívidas, o Governo avançou então para outro processo que seria milagroso: a transformação dos Hospitais em EPE's. Mais uma vez foi pior a emenda que o soneto e, os últimos dados conhecidos, indicam dívidas superiores a 352 milhões de euros.

Falhou igualmente o investimento que se fez na formação de gestores de unidades de saúde, pois que se saiba não houve um único formando que tivesse sido contratado.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Como se comprovou as medidas estruturantes falharam, e, apesar de todos os milhões, as medidas correntes de melhoria das acessibilidades aos serviços de saúde também não tiveram resultados satisfatórios.

As listas de espera aumentaram, apesar dos milhões gastos em programas de recuperação.

O Vale Saúde, importante proposta do CDS-PP, aprovada por esta Casa, para reduzir as listas de espera cirúrgicas, através de recurso a entidades dos sectores privado e social, desde 2009 já contou com mais de um milhão de euros, mas as suas taxas de execução, em 2009 e 2010, foram sempre de 0%.

Não temos dados de 2011, mas temos muita curiosidade em saber quais os resultados do Vale Saúde nesse ano?

Pela aprovação de mais uma iniciativa do CDS-PP, neste Parlamento, o Governo comprometeu-se a aumentar as diárias dos doentes deslocados para 70 euros até ao final da Legislatura…

Senhor Secretário Regional da Saúde, a Legislatura está no fim e não se conhece a justificação para não se ter dado cumprimento a este compromisso?

O Enfermeiro de Família, mais uma proposta do CDS-PP (que o PS não quis aceitar nesta Assembleia), foi transformado pelo Governo num projecto-piloto em Vila Franca do Campo e não passou disso. Dois anos e muitos milhões depois continuamos sem cuidados primários de proximidade.

Relativamente à cobertura assistencial de médicos de clínica geral e familiar a política seguida foi das mais desastrosas que se viu. Escorraçaram-se os médicos açorianos, muitos deles beneficiários de bolsas de estudo, para contratar a peso de ouro médicos estrangeiros. E mesmo assim continuamos deficitários…

O Centro de Radioterapia dos Açores – uma das grandes bandeiras eleitorais do PS – foi chutado para as "calendas gregas". Adjudicada em Abril de 2010, esta parceria público-privada era para inaugurar em 2012, mas o Tribunal de Contas, por manifesta incapacidade da Secretaria Regional da Saúde, nunca concedeu o visto prévio ao investimento.

Entretanto, não se faz em São Miguel, mas mais grave é que não se avança com este serviço no novo Hospital da ilha Terceira, apesar da infra-estrutura estar dotada para o efeito.

A juntar a tudo isto, nos últimos tempos, temos assistido a aparições várias do Secretário Regional da Saúde anunciando medidas avulsas que não vão, na essência, ao encontro da satisfação das necessidades dos utentes:

Foi a implementação, à pressa, de taxas moderadoras;
Foi o taxar, rapidamente, os serviços prestados pelos delegados de saúde e médicos de saúde pública;
Foi a revisão das regras de acesso aos reembolsos decorrentes do recurso à clínica privada;
Foram os cortes nos exames complementares de diagnóstico;
E, atabalhoadamente, a implementação da receita electrónica…

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Falhanços atrás de falhanços! Milhões em cima de milhões e quais os resultados?

Temos que concluir que na Saúde não se investiu dinheiro, gastou-se foi muito e mal!

Porém, não seria justo terminar esta intervenção sem reconhecer o merecido mérito ao Senhor Secretário Regional da Saúde na política, talvez a única, onde não falhou: a política da nomeação!

Foram nomeações para responsáveis de programas sectoriais de saúde, presidentes da SAUDAÇOR e administradores de Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha, alguns deles, nem sequer têm as habilitações exigidas por legislação da própria Secretaria Regional.

Em conclusão, o Secretário Regional da Saúde mostrou competências para não pagar a fornecedores e, sobretudo, para aumentar estrondosamente a dívida do Serviço Regional de Saúde que hoje não deve andar longe dos mil milhões de euros colocando em sério perigo a sustentabilidade do sistema e a prestação de cuidados de saúde aos Açorianos.

O Presidente do Grupo Parlamentar

Artur Lima